

Gabinete do Prefeito

LEI Nº 083/92

DISPÕE SOBRE AS DIRETRIZES OR ÇAMENTÁRIAS PARA O ANO DE '1.993, E DÁ OUTRAS PROVIDÊN-'CIAS....

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ESPERIDIÃO, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições...

FAZ SABER, que o Plenário das Deliberações da Câmara Municipal, APROVOU e eu sanciono a seguinte LEI:

<u>C A P Í T U L O I</u> DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

ARTIGO 1º: - Esta Lei fixa as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 1.993, em cumprimento ao Artigo 51, Inciso IV, Artigo 165 § 2º da Constituição Federal e aos Artigos 24º, Inciso II e Artigo 82º e seus parágrafos da Lei Orgânica Municipal, compreendendo:

II : RECEITAS MUNICIPAIS;

III : METAS E PRIORIDADES;

IV : ORÇAMENTO MUNICIPAL;

V : DISPOSIÇÕES GERAIS.

CAPÍTULO II

GASTOS MUNICIPAIS

ARTIGO 2º: - Ficam estabelecidos os seguintes percentuais re-'
ceitas correntes prevista para o exercício de '
l.993, admitida a variação para mais ou menos de'
até 5 (cinco) pontos percentuais nas seguintes unidades orçamentárias, como gastos:



Cont...

Câmara Municipal	8,00%
Gabinete do Prefeito	5,00%
Secretaria de Administração e Finanças	12,00%
Secretaria de Obras e Serviços Públicos	39,00%
Secretaria Municipal de Saúde	11,00%
Secretaria de Educação e Cultura	25,00%

ARTIGO 3º: - Na Lei Orçamentária Municipal anual para # 1.993, a discriminação da despesa, para o Orçamento * '' anual far-se-á conforme o seguinte desdobramento:

> Despesas Correntes; Despesas de Custeio;

Pessoal:

Obrigações Patronais;

Material de Consumo;

Serviços de Terceiros e Encargos;

Diversas Despesas de Custeio:

Transferências Correntes:

Despesas de Capital;

Investimentos:

Inversões Financeiras:

Transferências de Capital.

ARTIGO 4º: - As despesas de remuneração do Prefeito, do Presidente da Câmara, verba de representação do Vice-' Prefeito, remuneração dos Vereadores, as Comis-' sões dos Secretariados Municipais as funções gratificadas e suas alterações ficam previstas nesta Lei, tendo como parámetro a Lei Orgânica Munici-' pal e o Plano de Cargo e Salários.

ARTIGO 5º: - Fica previsto nesta Lei as alterações a reajustes salariais, as contratações de servidores Munici-



Cont...

pais de acôrdo com as necessidades comprovadas co! mo também modificações na estrutura organizacional da Prefeitura e Câmara Municipal.

ARTIGO 69: -

As despesas com serviços da divida ativa fundada!! deverão considerar apenas as operações concedidas, até a data do encaminhamento da proposta da Lei !! Orçamentária anual à Câmara Municipal, exceto quando se tratar de operações realizadas com órgãos oficiais para atender projetos de interesse sociais.

ARTIGO 7º:

Todos os gastos Municipais serão estimados por ser viços e Obras mantidos e realizados pelo Município, considerando a carga de trabalho para 1.993, a importância das Obras para administração e para os 'administradores, o patrimônio do Município, a aquisição de móveis, Maquinários e utensílios e principalmente observando os fatores conjunturais que 'possam afetar a produtividade dos gastos.

CAPÍTULO 111
RECEITAS MUNICIPAIS.

ARTIGO 8º:

A estimativa da receita será classificada de acôrdo com as alterações introduzidas pela constitui-'ção federal, Constituição Estadual, Códigos Tributários, Nacional e Municpal e pela Lei nº 4.320/64, considerando os fatores conjunturais da receita : que passar a vir a influenciar a produtividade de'cada fonte, as alterações na legislação tributária e os fatores que venham a influenciar as arrecada-



Gabinete do Prefeito

Cont...

ções dos Impostos, das taxas e das contribuições de melhorias.

- ARTIGO 99: Constituem receitas municipais as proviniêntes '
 de tributos de sua competência, transferências '
 de Convênios firmados, transferências por mandamentos constitucional, empréstimos tomados por '
 antecipação da receita, atividades econômicas '
 que vier a executar e empréstimos e ou financiamento para Obras e serviços públicos com Lei autorizativa do Poder Legislativo.
- ARTIGO 100: O Poder Executivo Municipal fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência, sendo que a fórmula de cálculo para o lançamento cobrança e arrecadação terão que ser amplamente divulgados.
- ARTIGO 110: O Poder Executivo Municipal tem por obrigação mo dernizar a máquina fazendária no sentido de demo nstrar de(tem) a produtividade de arrecadação 'dispendendo esforços para diminuir o volume da 'dívida inscrita de natureza Tributária e não Tributária.

<u>C A P Í T U L O IV</u> METAS E PRIORIDADES

ARTIGO 12º: - Na Administração Municipal a manutenção da atividade terá prioridade sobre as ações de expansão! sendo delineadas pelo Órgão da Administração e função do Governo como segue:

I - Poder Legislativo;

II - Legislativa.



Gabinete do Prefeito

Cont...

- a Aquisição de móveis, utensilios e equipamentos para a Câmara Municipala equ
- b Manutenção das atividades e entratigas da ' Câmara Municipal.
- II Poder Executivo.
- II.I Administração e Planejamento.
- II.I.I.Administração Geral.
- a Aquisição de um Veículo para o Gabinete.
- b Aquisição de móveis e utensílios e equipa mentos para a Secretaria de Administração e Finanças - "DIV. ADMinistrativa."
- c Aquisição de móveis e utensílios para o ' Gabinete do Prefeito.
- d Aquisição de Móveis e Utensílios e equipa mentos para Secretaria de Obras e Serviços Públicos - Div. Cad. Tributos.
- e Aquisição de Movéis e utensílios e equipamentos de móveis e utensílios e equipamentos para a secretaria de Obras e Serviços-Divisão de Obras e Serviços Públicos.
- f Aquisição de Imóveis.
- o Amortização da dívida interna contratada.
- h Manutenção das atividades e encargos do do Gabinete do Prefeito.
- i Manutenção das atividades e encargos da Se cretaria de Administração e Finanças - Divisão Administrativa.
- j Manutenção das atividades e encargos da Se cretaria de Obras e Serviços Públicos - " Divisão de Cadastro e tributos".
- 1 Manutenção das atividades e encargos da Secretaria de Obras e Serviços Públicos "Divisão de Obras e Serviços.





Cont...

- m Encargos da dívidas interna contratada.
- II.I.II. Administração Financeira.
- Aquisição de móveis utnsílios e equipamentos para a Secretaria de Administração e 'Finanças "Divisão de Tesouraria".
- Aquisição de móveis e utensílios e equipamentos para a Secretaria de Administração'
 e Finanças Divisão de Orçamento e Finaç'
 ças.
- Manutenção das atividades e encargos da Se cretaria de Administração e Finaças - Divi são de Orçamento e Finanças.
- d Manutenção das atividades e encargos da Se cretaria de Administração e Finanças - Divisão da Tesouraria.
- II.II- Comunicações.
- a Ampliação do sistema de telefonia com im- plantação de Postos de Serviços.
- II.III Educação e Cultura.
- II.III.I Creche Municipal.
- a Ampliação e Reforma da Creche Municipal.
- Aquisição de equipamentos e material perma nente para a Creche Municipal.
- Manutenção das atividades e encargos com a Creche Municipal.
- II.III.II. Ensino Regular.
- a Manutenção das atividades e encargos da S<u>e</u> cretaria de Educação e Cultura.
- b Construção de O6 (Seis) salas de aulas para Escolas Municipais na Zona Rural.
- c Construção de O6 (Seis) cozinhas em Esco-¹ las Municipais na zona rural.



Gabinete do Prefeito

Cont...

- d Construção de Ol (um) escolar (unidade) na sede do Município.
- a Ampliação e Reforma em Escolas Municipais.
- Restouração e Reforma do Prédio da Biblioteca Municipal.
- g Perfuração e entijolamento de poços em Escolas Municipais na Zona Rural.
- h Construção de cercas de pátios de O6 (seis) escolas municipais na zona rural.
- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para escolas municipais
- j Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para Biblioteca Municipal.
- Aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a Sec. de Educação e Cultura.
- m Aquisição de livros e materiais didáticos para a Biblioteca Municipal.
- N Aquisição de um veículo para o Gabinete da Secretaria de Educação e Cultura.
- o Aquisição de veículos para transporte de '
- II.IV ENERGIA E RECURSOS MINERAIS:
- a Ampliação do sistema de energia elétrica ' no perímetro urbano.
- Ampliação do sistema de energia elétrica ¹
 da comunidade de Bocaiuval e Pedro Neca.
- Implantação da Rede de Energia elétrica na Comunidade de Vila Cardosa.
- II.V Habitação e Urbanismo.
- II.V.I -Iluminação Pública.
- a Ampliação e melhoria da iluminação pública na sede do Município, Bocaiuval, Pedro Neca.
- II.V.II- Limpeza Pública.
- a Aquisição de um trator de pneu c/ carreta¹ para limpeza pública.
- II.V.III Parques e Jardins.



Gabinete do Prefeito

a - Ampliação e construção de parques e jardins.
 II.VI - Saúde e Saneamento.

II.VI.I-SAÚDE.

- a Manutenção das atividades e encargos da Secretaria Municipal de Saúde.
- b Aquisição de Mat. Equipa. Permanente.
- c Aquisição de um veículo.
- d Aquisição de aparelhos clinicos p/ Posto ' de saude Municipal.
- e Construção de mini-posto de saúde da Sede¹ do Municipio e Zona Rural.
- f Ampliação e reforma do Posto de Saúde na * sede do Município.
- g Ampliação e reforma dos mini-postos de saú de das Comunidades Sete Galhos, Bocaiuval¹ e Papiro.
- h Construção de um hospital Municipal.

II.VI.II - SANEAMENTO.

- a Ampliação do Sistema de abastecimento de <u>á</u> gua na sede do Municipio.
- a Ampliação do sistema de abastecimento de á gua nas comunidades Bocaiuval e Pedro Neca.
- Implantação do sistema de abastecimento de água nas comunidades Vila São Paulo, Vila!
 Cardoso e Santa Rita.
- d Implantação do sistema de esgota na sede ' do Municipio.

II.VII- ASSISTENCIA E PREVIDENCIA.

- II. VII. I ASSISTENCIA AO MENOR.
- II.VII.II- PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIMONIO DO SERVIDOR PUBLICO.
- a Contribuição p/ o PASEP.



Cont...

II.VIII - TRANSPORTE.

- a Construção de 10 (dez) Pontes de madeira¹
 em estradas vicinais municipais.
- b Construções de 10 (dez) Mata-burros em es tradas vicinais municipais.
- c Construção, melhoria e conservação de estradas municipais e vicinais.
- d Ampliação e conservação do Asfalto em vias públicas urbanas.
- pagamentos de prestações de aquisição de¹
 uma Moto-niveladora.
- f Aquisição de caminhões basculantes.

CAPITULO V

ORCAMENTO MUNICIPAL.

ARTIGO 139-

O Orçamento Municipal abrangerá os poderes Executivo e Legislativo, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta ou indireta de modo! a evidenciar as políticas e programas de governo, obedecendo na sua elaboração de anualidade, unidade e equilibrio.

ARTIGO 149-

Os preços públicos dos produtos e serviços produzidos pelo Municipio não poderá ser inferior ao! seu custo de remissão.

§ ÚNICO

Para efeitos do disposto deste artigo, entende-1 ae por custo de remissão o conjunto de gastos 1 que o governo municipal efetua para dispor do 1 produto ou serviço em condições de venda e incluir os custos de aquisição, preparo, tributos, 1 transportes, armazenagem, administração, comis - são, seguros, taxas, multas, e encargos financeiros relativo ao produto ao serviço.



Cont. ..

- ARTIGO 15º O Orçamento Municipal poderá consignar recursos para financiar serviços incluídos nas suas funções a serem executados por entidades de direito privado, sem fins lucrativos, e reconhecidos de utilidade pública, mediante convênio desde que demonstre eficiência no cumprimento dos '' objetivos determinados.
- ARTIGO 16º Na estimativa da receita e retornos de créditos serão quantificados os efeitos decorrentes te <u>I</u> senção anistias, remissões, subsidiod e beneficios de natureza financeira Tributária e Crediticia, de forma a identificar as vantagens concedidas.
- ARTIGO 17º As despesas de custeio administrativo e opera cional, não poderá ter aumento real em relação!
 aos créditos correspondendo no orçamento de !!
 1.993, saldo no caso do comprovado crescimento!
 real da receita corrente, excluindo-se desta !!
 determinação as despesas com pessoal e encar gos sociais.
- ARTIGO 18º O Município poderá conceder auxilios e ou sub- venções as seguintes:
 - a Administração Idireta até 10% das receitas' correntes.
 - b Entidades privadas até 5% das receitas correntes.
- ARTIGO 19º As Despesas com pessoal não poderá exceder 65%'
 das receitas correntes, conforme determina o Ar
 tigo 38 da disposições constitucionais transitó
 rias da Constituição Federal, e Artigo 102 Pará
 grafo Único da Lei Orgânica Municipal.



Cont..

§ PRIMEIRO

- Para efeito do disposto neste Artigo entende-se como despesa de Pessoal..
 - Salários de servidores da administração direta e indireta;
 - Encargos sociais;
 - Pensão;
 - Proventos de aposentadoria.

§ SEGUNDO

- Se o Municipio exceder com sua despesa de pese soal o limite previsto neste Artigo deverá retornar aquele limite reduzeindo o percentual ! excedente à razão de i/5 por ano.

ARTIGO 20º

- Gastos de Capital ou fixação de novos serviços (Projetos) pa expansão ou aperfeiçoamento dos serviços públicos não poderão ser criados sem que, sejam definidos as fontes de recursos com Lei autorizativa da Câmara Municipal, respeitando as prioridades e metas desta Lei.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES GERAIS.

ARTIGO 21º

- Deverão ser evitadas despesas com aquisição, locação ou arrendamento de imóvel.

ARTIGO 229

- A Secretário de Administração e Finanças caberá a coordenação do Orçamento de que se trata: esta Lei.